

Lastreado em seres humanos: a conexão negligenciada entre o setor bancário britânico e a escravidão no Brasil



Muito tempo após a abolição da escravidão nas colônias britânicas, um banco predecessor do Lloyds Banking Group manteve pessoas escravizadas no Brasil como garantia na concessão de empréstimos, por vezes forçando a venda desses seres humanos para liquidar dívidas. Contrariando uma crença popular, o caso do London and Brazilian Bank mostra que o envolvimento da Grã-Bretanha na escravidão não terminou em 1833, mas tomou diferentes formas em lugares distintos, escreve [Joe Mulhern](#) (Durham University).

• Also available [in English](#)

Os protestos recentes do movimento Black Lives Matter incentivaram uma revisão minuciosa dos vínculos históricos de inúmeras empresas britânicas com a escravidão. Instituições financeiras, incluindo bancos de peso, têm recebido atenção de artigos fundamentados pelas pesquisas do projeto Legacies of British Slave-Ownership da University College London ([UCL-LBS](#)).

Usando o banco de dados desse projeto, jornalistas vêm apurando que indivíduos envolvidos em bancos que deram origem a instituições como [RBS](#), [Barclays](#) e [HSBC](#) estavam entre os muitos proprietários de escravos que receberam parte da indenização de 20 milhões de libras esterlinas (o equivalente hoje a aproximadamente [17 bilhões de libras](#)) que o governo britânico pagou após a abolição da escravidão nas colônias britânicas, em 1833.

Considerando o foco do projeto UCL-LBS, é compreensível que a polêmica recente tenha girado em torno da escravidão nas antigas colônias britânicas. Mas esse essencial acerto de contas também precisa levar em conta as conexões dos bancos britânicos com a escravidão em outros lugares, que continuou muito depois de 1833.



A crueldade da escravidão no Brasil foi capturada pelo pintor francês [Jean-Baptiste Debret](#) em uma série de litografias feitas entre 1816 e 1831 ([domínio público](#))

O Lloyds, o London and Brazilian Bank e a escravidão no Brasil

No Brasil, um banco que deu origem ao Lloyds Banking Group permaneceu profundamente envolvido com a escravidão até as vésperas da abolição, em 1888. Ou seja, mais de 50 anos após a abolição da escravidão nas colônias britânicas, o London and Brazilian Bank continuava explorando o trabalho e o valor de mercado das pessoas escravizadas com efeitos devastadores para suas vidas – e o tempo todo escondeu essa cumplicidade dos investidores e do público na Grã-Bretanha.

Fundado em 1862, o [London and Brazilian Bank](#) operou de forma independente até 1923, quando o Lloyds Bank adquiriu seu controle acionário. O [website](#) do Lloyds Banking Group reconhece esse passado em comum, tendo sido recentemente atualizado com a informação de que o primeiro presidente do London and Brazilian Bank, John White Cater, possuía escravos. Um “velho cafeicultor”, Cater recebeu indenização por [seus escravos libertados na Jamaica](#), assim como seu colega de conselho diretor, [John Bloxham Elin](#). Um terceiro integrante do conselho do banco, Edward Johnston, era proprietário de escravos no Brasil e se casou com a herdeira de uma família de cafeicultores no Rio de Janeiro. A riqueza gerada com a escravidão no Caribe e no Brasil ajudou a estabelecer um banco que investiria na continuidade da exploração de pessoas escravizadas. [Edição: o Lloyds Banking Group [atualizou seu website](#) em resposta a este artigo.]

A conexão entre a cafeicultura e os fundadores do banco persistiria durante suas operações iniciais, em concomitância com o desenvolvimento da *commodity* cultivada por escravos – principal motor do crescimento da economia brasileira na época. Embora seu propósito declarado fosse comercial, em 1868 o banco acumulava uma carteira de hipotecas garantidas por várias plantações de café em São Paulo e pelas mais de 800 pessoas que trabalhavam nas propriedades como escravos. Eles foram transferidos para o banco como garantia de uma substantiva linha de crédito de 150.000 libras (cerca de 9 milhões de libras atualmente) da casa bancária Gavião Ribeiro Gavião, grande financiador da economia agrícola de São Paulo e com importante atuação no comércio de escravos interprovincial.

Escravidão no Brasil era abafada em Londres

Mais tarde, a sede do banco em Londres puniria os gerentes das agências que sancionaram a transação inicial. Contudo, as críticas não surgiram da repulsa moral ao financiamento da escravidão ou à manutenção de pessoas como garantia de empréstimos, mas do fato de que a recuperação dessas dívidas era notoriamente problemática. Por vezes, o banco recorreu a processos judiciais com impactos devastadores na vida dos escravizados.



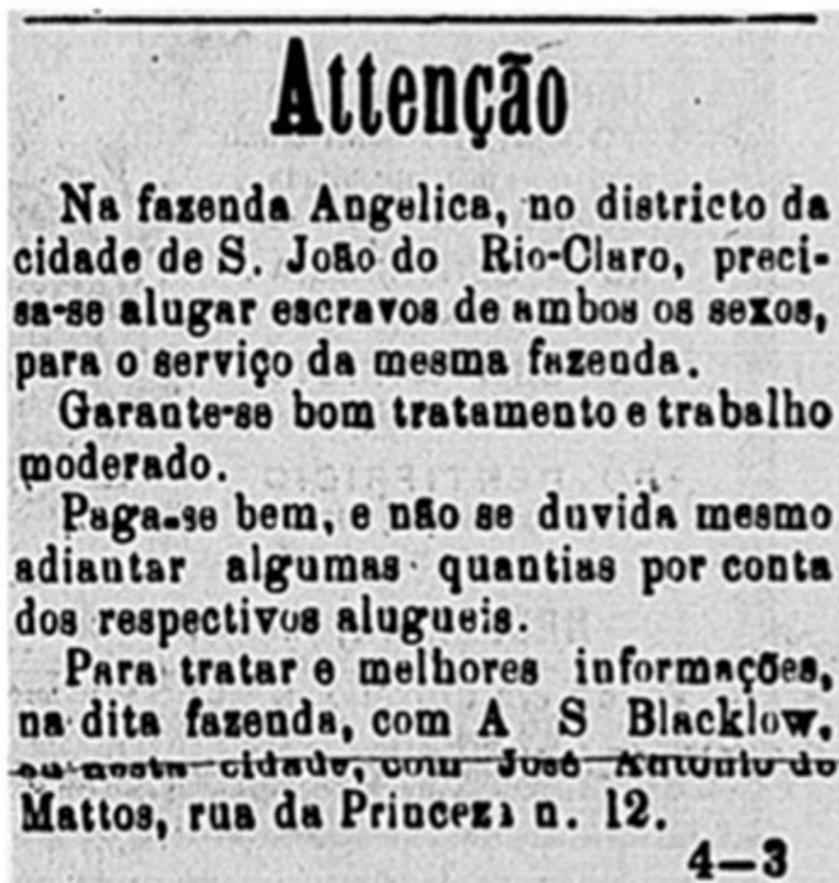
Alguns desses escravos da Fazenda Ibicaba podem estar entre as 400 pessoas hipotecadas junto ao London and Brazilian Bank. Em 1874, o banco considerou forçar a venda dessas pessoas para pagamento de uma dívida pendente ([Carlota Schmidt Memorial Center](#))

Foi o que aconteceu quando o banco tentou recuperar a dívida de um cafeicultor do Rio de Janeiro, em 1869. Quando o Barão do Turvo deixou de pagar um empréstimo, os advogados do banco realizaram, por ordem judicial, o leilão de 103 escravizados, entre as quais se encontravam famílias com crianças de um ano de idade. Pelo menos 30 pessoas foram vendidas em leilão e suas vidas mudaram irreversivelmente por causa da atuação do banco britânico para equilibrar suas finanças.

O envolvimento do London and Brazilian Bank com a escravidão foi abafado pela linguagem eufemizada das assembleias de acionistas. Havia um imperativo legal para isso, pois uma [lei de 1843](#) proibia a venda forçada de escravos para liquidar dívidas devidas a credores britânicos em jurisdições no exterior. O banco também tinha receio de provocar reações dos investidores na Grã-Bretanha, onde o sentimento antiescravista havia se tornado um princípio da identidade nacional. Por esses motivos, havia menção a “terras”, “confinamentos” e “outras propriedades”, mas nunca a pessoas escravizadas mantidas como garantia de empréstimos.

Envolvimento direto e indireto

As relações com investidores também influenciaram a maneira como o banco administrou a Fazenda Angélica, que produzia café no interior de São Paulo, entre 1871 e 1881. Após declarar um compromisso inicial com o trabalho livre, uma experiência fracassada com imigrantes alemães levou os gestores a empregar pessoas escravizadas a partir de 1876. Mais uma vez, esse envolvimento direto com a escravidão foi abafado nas assembleias de acionistas, com o presidente declarando calculadamente em 1880 que, “[como] empresa inglesa, o banco não poderia empregar escravos”. Na verdade, o banco havia se aproveitado de uma brecha na [Lei de 1843](#), que permitia o aluguel de trabalho escravo no exterior.



Anúncio que tratava do aluguel de escravos para trabalhar na Fazenda Angélica (Diário de São Paulo, 20 de maio de 1877)

Quando a tão aguardada venda da Fazenda Angélica foi concluída, em 1881, o presidente inverteu a narrativa, declarando que “o banco agora não empregava um único escravo”. No entanto, mesmo após a venda da propriedade, o banco continuou envolvido com a escravidão porque a compra foi feita por meio de um financiamento que tinha como garantia 80 escravos que trabalhariam no local.

Seis anos mais tarde, durante um período de maior resistência que precedeu a abolição, o novo proprietário da fazenda, o Barão de Grão-Mogol, alegou que não podia libertar os trabalhadores restantes porque eles ainda serviam como garantia de empréstimo. Somente o processo de abolição no Brasil removeu a marca da escravidão das operações do London and Brazilian Bank.

Embora esse banco seja um dos poucos com clara ligação com uma instituição moderna, muitos empreendimentos e indivíduos britânicos continuaram a explorar a escravidão tempos após a abolição britânica. A existência de senhores de escravos britânicos em lugares como Brasil, Cuba e sul dos EUA muito depois de 1833 desafia narrativas que colocam a abolição no centro do relacionamento da Grã-Bretanha com a escravidão, apagando efetivamente uma história de exploração que durou séculos.

Notas:

- As ideias expressas neste artigo são dos autores e não refletem a posição do Centro ou da LSE
- Este artigo se baseia na tese de doutorado do autor [After 1833: British Entanglement with Brazilian Slavery](#) (Universidade de Durham, 2018).
- Tradução de [Camila Fontana Corrêa](#)
- Imagem da faixa: [Uma plantação de café no Brasil, c. 1885](#), Marc Ferrez, domínio público
- Por favor, leia nossas [Políticas de Uso](#) (EN) antes de fazer comentários